



Instituto de Seguros de Portugal

SESSÃO DE ABERTURA

XV ENCONTRO DE RESSEGUROS

22 de maio de 2014

Excelentíssimas senhoras, excelentíssimos senhores, é com enorme satisfação e prazer que venho participar nesta sessão de abertura do XV Encontro de Resseguros, na qual irão ser abordados diversos temas de elevado interesse para quem opera no setor segurador, ressegurador e dos fundos de pensões.

Permitam-me que comece por dirigir um cumprimento e um agradecimento especial à Associação Portuguesa de Seguradores e em particular ao seu presidente, Dr. Pedro Seixas Vale, não só pelo convite para participar nesta sessão, mas principalmente pela organização deste evento, cujo âmbito e programa me parecem fundamentais para a compreensão dos desafios atuais e perspetivas de futuro.

Dirijo também um cumprimento especial a todos aqueles que, enquanto oradores, certamente irão enriquecer este encontro com a sua participação.



Gostava, então, de aproveitar o convite que me foi dirigido para dedicar umas breves palavras sobre os atuais e futuros desafios que enfrentam – e preocupam – não só os operadores que atuam no seguro direto mas também os resseguradores e ainda, claro, o próprio Instituto de Seguros de Portugal enquanto autoridade responsável pela regulação e supervisão destes setores.

Com efeito, a sociedade globalizada em que nos inserimos implica que, cada vez mais, este negócio requeira uma abordagem global, em que tanto as condicionantes internas como as externas sejam consideradas na gestão e nos processos de tomada de decisão.

A crise económica e financeira que levou o Governo português, em maio de 2011, a pedir apoio ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Central Europeu e à Comissão Europeia, bem como à subsequente definição de um Plano de Assistência Económica e Financeira, cujo término teve lugar no passado dia 17 de maio, deixaram necessariamente marcas no panorama nacional, incluindo no setor segurador e dos fundos de pensões.

As entidades seguradoras não foram causadoras, foram vítimas, das turbulências que vivemos pelo que, dentro do setor financeiro, se deve diferenciar claramente o mercado segurador, reconhecendo o papel estabilizador que tiveram estas entidades no sistema financeiro devido ao seu comportamento de investidor anti-cíclico.



As companhias de seguros, no seu *core business*, não têm risco sistémico e rapidamente recuperaram das perdas de valor que sofreram nos mercados financeiros. Em primeiro lugar, as seguradoras não sofrem dos riscos de liquidez; antes pelo contrário, os seguros são cobrados adiantadamente, garantindo que, deste modo, se pode dispor dos recursos suficientes para proporcionar as compensações pela sinistralidade. Em segundo lugar, os desembolsos devidos por sinistros em carteiras bem diversificadas produzem-se pelo acontecimento de eventos independentes. Acresce que os atuários podem estimar os compromissos de pagamento que se irão realizar e ajustar os investimentos de forma otimizada para disporem das reservas de capital suficientes para poder pagar as reclamações de sinistros. As seguradoras não usam a alavancagem para aumentarem as suas rendibilidades em relação aos investimentos e, por isso, estão muito menos expostas à volatilidade dos mercados.

Ainda que, durante este período, as entidades que operam em Portugal tenham demonstrado uma apreciável capacidade de resistência, manifestada pelos confortáveis níveis de solvência que continuaram a verificar-se, não posso, neste momento, deixar de fazer referência a algumas das situações que têm vindo a marcar o setor.

A redução do rendimento disponível das famílias e as dificuldades financeiras das empresas tiveram como resultado, num primeiro momento, o abrandamento do volume da produção, mais marcado em alguns subsectores específicos.



Nos ramos Não Vida, para fazer face a estes constrangimentos, algumas entidades enveredaram por políticas comerciais mais competitivas, ou até mesmo agressivas, pondo em causa o equilíbrio técnico dos respetivos negócios.

Paralelamente, no ramo Vida a pressão que se fez sentir no setor financeiro global desencadeou processos de colocação de produtos financeiros através dos canais bancários, com notório impacto negativo sobre a colocação de produtos de seguros.

Nas pensões, a maioria dos países desenvolvidos tem tido uma preocupação crescente com a saúde financeira dos sistemas públicos de pensões, devido à diminuição da taxa de natalidade e ao aumento continuado da esperança média de vida. Portugal é um dos países onde o processo de envelhecimento da população se desenvolveu a um ritmo mais acelerado. Como consequência do envelhecimento demográfico, o ratio ativos/pensionistas, indicador fundamental do equilíbrio fundamental dos sistemas de pensões baseados no princípio da repartição, tem vindo a deteriorar-se.

De facto, os sistemas de repartição das pensões de cada ano financiam-se com as contribuições dos trabalhadores que coexistem com eles e, portanto, um agravamento deste *ratio* gera desequilíbrios financeiros que, se não forem atacados em devido tempo, põem em perigo a sustentabilidade do sistema.



Além do envelhecimento, o impacto da crise financeira agravou ainda mais a situação, pondo em causa a sustentabilidade do nosso sistema de pensões, pelo que foi necessário empreender algumas reformas para reduzir estes desequilíbrios financeiros, visando um sistema de pensões adequado e sustentável.

Mais recentemente, os dados publicados demonstraram que os portugueses têm aprendido as “lições da crise”, tendo-se assistido a um reforço do nível de poupança e a uma maior procura de produtos financeiros que assentem numa lógica de longo prazo.

No entanto, no que diz respeito à área Não Vida e, em especial, no caso da modalidade Acidentes de Trabalho, os últimos exercícios evidenciaram uma acentuada degradação dos respetivos indicadores e dos resultados, o que desencadeou uma necessidade de intervenção por parte da Autoridade de Supervisão, no sentido de restabelecer o equilíbrio técnico do seguro, essencial para a solidez financeira do setor.

É, ainda, prematuro concluir sobre os efeitos desta intervenção, mas a monitorização rigorosa e contínua, quer da evolução dos indicadores de exploração, quer do grau de cumprimento dos planos de reequilíbrio apresentados, que o Instituto de Seguros de Portugal tem vindo a efetuar devem assegurar que, no prazo máximo de três anos, se consiga restabelecer o equilíbrio técnico da modalidade.



A política de subscrição e a política de resseguro constituem pilares fundamentais para a assunção de compromissos por parte de uma entidade seguradora, no primeiro caso porque se produz uma valorização do risco, aceitando-o ou não e, no segundo, porque, considerando o agregado da carteira, se estabelece uma estratégia de transferência de riscos para terceiros, para garantir que se cumprem os requisitos mínimos de solvência, conjugados com um adequado nível de provisionamento.

Algumas entidades têm crescido em quota de mercado sem selecionar nem calibrar de forma adequada os riscos. A perda de quota de mercado acompanhada de uma política de baixa indiscriminada de preços, deriva de uma má avaliação dos riscos. Os prémios cobrados em baixa correspondem a níveis de risco realmente mais altos, que não se avaliam como tal e acumulam prejuízos em exercícios posteriores.

Estas ações também podem deteriorar a cobertura das apólices, quando se eliminam coberturas para baixar os prémios, seja em seguros novos ou em renovações. Esta prática pode gerar perda de confiança na prestação de serviços que os seguradores oferecem. Por outro lado, algumas companhias têm crescido à custa de aceitarem riscos mais altos ou riscos que historicamente rejeitaram, aumentando perigosamente a sua exposição. Por exemplo, oferecendo seguros a preços que não são tecnicamente justificáveis.



As práticas de mercado das entidades seguradoras que operam no nosso país estão sujeitas ao regime jurídico da atividade seguradora, o que implica uma forte regulação do sector, orientada para garantir a solvência das entidades e a desejável confiança que os cidadãos exigem sobre o correto funcionamento do sistema, assim como a capacidade das entidades cumprirem com os seus compromissos de cobertura dos riscos aceites.

Ainda assim, importa não esquecer o relevante papel que o setor **ressegurador** tem desempenhado na gestão das empresas de seguros, designadamente em termos de dispersão dos riscos a que estas estão expostas. Com efeito, embora existam técnicas alternativas que permitem implementar soluções neste domínio, tais como o co-seguro ou a securitização de riscos, o resseguro tradicional continua a constituir o método mais utilizado pelas empresas de seguros, pelo facto de lhes possibilitar assegurar uma significativa capacidade de subscrição sem colocar em causa a sua capacidade financeira.

Os acontecimentos que tiveram lugar nos últimos anos não deixaram incólume nenhum sector económico, mas pode ser que a atual recessão tenha efeitos diferentes nos diferentes âmbitos setoriais e, em particular, no sector segurador.



É certo que um abrandamento do consumo teve consequências evidentes sobre os mercados seguradores e na contratação de seguros novos, por exemplo, a diminuição muito acentuada de vendas de veículos novos teve também como consequência menores vendas de contratos de seguro automóvel. O mesmo sucedeu em resultado da drástica diminuição da compra/venda de imóveis, que, no passado, representou um elevado número de contratos de seguro de incêndio e multirriscos e que, entretanto, caiu bruscamente.

A situação económica influiu de forma muito acentuada sobre os rendimentos agregados dos investimentos efetuados por parte das entidades, dados os enormes montantes de capital que estas gerem.

Devido à atual situação de baixas taxas de juro é muito difícil obter as rentabilidades do passado em títulos de rendimento fixo e isso implica a possibilidade de que algumas companhias queiram aumentar os resultados financeiros realizando operações de maior risco. Nesta situação importa reforçar a supervisão para evitar que uma gestão inadequada possa carrear consequências não desejáveis para a entidade e perda de confiança no sector em geral.

Apesar do ambiente convulsionado, parece continuar a haver um reconhecimento geral da relevância do setor segurador e dos fundos de pensões como catalisador ao nível socioeconómico.



Com efeito, do ponto de vista social, releve-se o papel do setor em termos de complementaridade com a Segurança Social, designadamente no que respeita ao segundo e terceiro pilares de proteção social da população portuguesa. Adicionalmente, há também que reiterar a sua função de proteção de famílias e empresas face aos riscos que incidem sobre o seu património ou sobre a vida humana, o que o torna particularmente importante num contexto de instabilidade financeira.

Na perspetiva económica, o papel do setor como investidor institucional não é de somenos importância, constituindo uma importante fonte de financiamento do setor público e das empresas do setor privado. Por outro lado, ao complementar ou mesmo substituir o papel do Estado em algumas áreas, os seguros constituem um suporte indispensável à atividade económica. Neste particular importa referir que, regra geral, aos países mais desenvolvidos cabe, sintomaticamente, um índice de penetração de seguros mais elevado.

No contexto atual, não se pode falar sobre o setor segurador sem fazer referência ao projeto Solvência II e aos desafios que este acarreta para os seguradores e resseguradores que operam no Espaço Económico Europeu.



Em contagem decrescente para a sua aplicação, a 1 de janeiro de 2016, não é demais relembrar o longo caminho que já foi percorrido até agora e o muito que já foi feito. No entanto, é fundamental sublinhar o muito que ainda há a fazer e que o sucesso da implementação ao nível nacional depende de todos: dos Operadores e da Autoridade de Supervisão.

A rápida evolução dos mercados e o desenvolvimento de produtos e serviços com complexidade cada vez mais acrescida, especialmente do ponto de vista financeiro, requerem um enquadramento legal, regulamentar e de supervisão mais adequado, em que a exposição real aos riscos se reflita em termos de capital.

Por outro lado, a mudança para um sistema de regulação centrado nos riscos a que as entidades estão expostas coloca um elevado ênfase na importância das técnicas e práticas de mitigação de riscos, o que irá, certamente, potenciar o papel dos resseguradores. Note-se, em particular, que a utilização de tais técnicas e práticas deve ser explicitamente reconhecida no cálculo das necessidades globais de solvência, a realizar no âmbito da autoavaliação do risco e da solvência, isto é, do ORSA (Own Risk and Solvency Assessment).



As empresas de seguros não se podem alhear dos desafios do novo regime e devem dotar-se dos meios técnicos e humanos que lhes permitam fazer face a esta nova realidade. Nesta medida, o Instituto de Seguros de Portugal continua e continuará a estar disponível para manter um diálogo aberto com as empresas, não apenas no contexto do estudo de impacto quantitativo atualmente em curso, o QIS-2014, mas em todo o processo de preparação até à aplicação em pleno do novo regime.

Os recentes sinais da economia portuguesa, ténues mas positivos, bem como a capacidade do setor segurador e dos fundos de pensões para enfrentar a crise, a qual já tive a oportunidade de sublinhar, convidam-nos a enfrentar o futuro com confiança. Este novo período deverá servir como momento de reflexão sobre as razões e as consequências desta crise. O desafio que se coloca agora ao setor é a definição de uma estratégia que espelhe a sua capacidade de inovação e de adaptação às circunstâncias, por vezes adversas, mas que, simultaneamente, assente em bases técnicas sólidas e em práticas competitivas saudáveis.

Em suma, o bom funcionamento e a credibilidade do setor segurador e dos fundos de pensões depende de um quadro regulatório adequado, de práticas comerciais e de gestão responsáveis que assegurem o equilíbrio técnico das várias linhas de negócio, de níveis de solvência ajustados aos riscos que são assumidos e de uma supervisão atenta e



Instituto de Seguros de Portugal

competente. Incumbe, assim, a cada um de nós, operadores e autoridades de supervisão, manter a sua boa reputação.

Estou certo que a troca de ideias que irá ter lugar nestes dois dias, sobre temas tão relevantes para o atual contexto em que nos inserimos, será frutífero para os presentes e irá, certamente, contribuir para melhor enfrentar os desafios com que o setor segurador e dos fundos de pensões se depara.

RENOVANDO OS VOTOS DE BOA CONFERÊNCIA, O MEU MUITO OBRIGADO.